



# Anais da Assembléia

N.º 62

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1979.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizado regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 70/79, de autoria deste Parlamentar, que cria o Município de CAFELÂNDIA.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizado regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei n.º 203/78, de autoria deste Parlamentar, que eleva para 21 (vinte e um), o número de Vereadores do Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoio: -- David Cheriegate e Renato Bueno.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. HIRONOBU NAKAZIMA, ocorrido em Marilândia do Sul, na data de 04 de junho do corrente ano.

O extinto era pioneiro e fundador da cidade e de tradicional família.

Após a decisão desta Casa, dê-se ciência deste, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

Apoio: Fabiano Braga Côrtes.

#### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. GERMANO PASSERO, ocorrido em União da Vitória.

O extinto era pessoa de grande relacionamento em União da Vitória, onde exercia as atividades de comerciante, tendo, no decorrer dos anos que lá conviveu, granjeado amizade e simpatia de toda a comunidade, deixando desta forma uma grande lacuna na região.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. LUIZ SPOLADORE, ocorrido no último dia 31 de maio, na Cidade de Londrina.

O Sr. LUIZ SPOLADORE, nascido em 22 de agosto de 1.900, em Bassano del Grappa — Itália —, chegou ao Brasil em 1.922, onde casou com a Senhora ROZINA SALVADOR SPOLADORE, naturalizando-se como cidadão brasileiro, como prova de gratidão ao País e ao seu povo, que com tanta generosidade o acolheu.

O Sr. LUIZ SPOLADORE, participou da 1ª Grande Guerra Mundial na Itália; e em 1.968, recebeu do Governo Italiano, a Medalha de Ouro, comemorativa ao cinquentenário do término daquele grande conflito mundial.

Como construtor, foi um dos pioneiros de Londrina, onde chegou em 1.939.

Deixou viúva a Senhora ROZINA e os seguintes filhos:

Dr. ANTÔNIO HENRIQUE — casado com a Senhora ELIZABETHE SPOLADORE;

Dr. LUIZ GALILEU — casado com a Senhora LIZETE SPOLADORE;

DR. MÁRIO SÉRGIO — casado com a Senhora LEILA SPOLADORE;

Deixou ainda 5 (cinco) netos.

Deixa assim, o Sr. LUIZ SPOLADORE, uma longa folha de serviços prestados a Londrina, ao Paraná e ao Brasil, terra que adotou como sua verdadeira Pátria.

Outrossim, requer ainda, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, à Rua Prefeito Hugo Cabral n.º 829 - LONDRINA-PR.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.  
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de regozijo pelo transcurso do 45.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Sertãoópolis.

Outrossim, requer ainda, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhor Presidente da Comissão de festejos, extensivo a toda aquela laboriosa comunidade.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação para a Redação Final do Projeto de Lei nº 63/79, Mensagem Governamental nº 59/79, que visa a criação da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, consubstanciado no seguinte pedido de informações:

- a) - Quais as causas que geraram série de distúrbios envolvendo grupo de alunos da Unidade Curitiba, na Cidade de Paranavaí, no último dia 21?
- b) - Relatar as ocorrências que ocasionaram fraturas nos braços de duas estudantes;
- c) - Em relação ao ocorrido, quais as providências assumidas pela Secretaria?

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido fundamenta-se no fato de uma nota veiculada pelo jornal "Diário do Noroeste", edição de 24 de maio p.passado, da Cidade de Paranavaí, onde relata fatos envolvendo alunos da Unidade Curitiba, daquela cidade, com a polícia local.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do INAMPS, solicitando estudos no sentido de que os menores de 14 anos, beneficiários da Previdência Social, quando internados em nosocômico, possam utilizar com exclusividade "quartos" e não enfermarias como ocorre no momento.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Os hospitais destinados aos menores de 14 anos, beneficiários da Previdência Social atualmente, enfermarias, onde o menor, não pode estar com acompanhante.

Mas como é sabido de todos, o menor é aquele que mais necessita de ser acompanhado em todos os momentos de sua existência, principalmente quando se encontra enfermo, e que

sai de seu "habitat", sofre um violento processo depressivo e necessita de cuidados especiais, principalmente a companhia de seus responsáveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, preenchendo as formalidades regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Senhores Prefeitos Municipais e órgãos técnicos oficiais, encarecendo a necessidade de medidas acatelaadoras para a preservação dos Rios ASSUNGUI, CONCEIÇÃO E RIBEIRINHA que poderão servir, em futuro próximo, à Região Metropolitana no tocante ao abastecimento de água.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, encaminhe-se expediente desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, no sentido de que seja construída uma nova Delegacia de Polícia e Cadeia na sede do Município de Palotina.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição assenta em justa reivindicação da comunidade de Palotina, baseada na necessidade de dar-se ao município melhores condições de segurança, visto o seu constante aumento populacional.

Acresce dizer que as atuais instalações em condições precárias não oferecem a possibilidade de um atendimento condigno que é de se esperar.

O Município de Palotina figura entre os maiores contribuintes de impostos estaduais, tornando-o portanto, merecedor de mais esta retribuição por parte do Governo Estadual, concretizada então pela construção da obra mencionada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar o Pedido de informação à Secretaria dos Recursos Humanos, no sentido de que seja a Casa informada do seguinte:

1) - Quais os estudos realizados para reclassificação do funcionalismo de nível universitário da área biológica?

2) - A solução a ser encaminhada, será específica às respectivas Secretarias de atuação ou englobará, indiscriminadamente, cada categoria funcional?

3) - Qual a data apazada para envio da mensagem governamental que contemplará a referida reclassificação?

Que da decisão, comunique-se, também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Casa Civil.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A reclassificação do funcionalismo público estadual, deve ser efetivada de maneira que abranja todas as áreas administrativas.

O Governo do Estado, deixando o tratamento global do problema, preferiu uma solução isolada e partimentada.

Assim é que esta Casa já recebeu e aprovou mensagens governamentais que trataram do Quadro da Procuradoria Geral do Estado, solucionando o reajustamento dos advogados do

Estado.

Também já se discutiu e aprovou-se com a conseqüente transformação em lei reclassificatória as funções da área tecnológica, ou seja dos Engenheiros Agrônomos, Químicos etc., numa definição legal de quadros e funções.

Sabe-se, por outro lado, que na Secretaria das Finanças, operou-se reajuste que contemplou aquela área administrativa com privilegiada situação funcional.

Todavia é de estranhar-se que igual tratamento não tenha se estendido à área biológica, onde exatamente estão aqueles que tem sob sua responsabilidade bens verdadeiramente indisponíveis como a saúde humana.

Efetivamente, médicos, veterinários, farmacêuticos, dentistas, bioquímicos, e enfermeiros, não tiveram até o momento, quer por parte de suas respectivas Secretarias de Saúde ou Agricultura, o tratamento que se dispensou ao pessoal universitário de outras áreas da administração.

Tem, pois, o Pedido de informação, não apenas o objetivo de informar à Casa as providências que entenda necessária, mas também sensibilizar quem dê direito para encaminhar com a necessária urgência, a solução de já se faz por esperar, daí porque a remessa da decisão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a quem em última e derradeira instância, tenta-se levar ao conhecimento a discriminação de tratamento diverso que tem sido dispensado pela administração pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficializado ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, solicitando a instalação de uma agência dessa instituição financeira no Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1.979.

(a) Tércio Albuquerque.

#### JUSTIFICATIVA:

São Miguel do Iguaçu, um município que acompanha em crescimento sócio econômico toda a estrutura do Oeste do Paraná, conta com sua base econômica assentada essencialmente na produção agropecuária, além do comércio e das indústrias extrativas e beneficiadoras da própria produção agrícola.

Contudo, o processo desenvolvimentista de São Miguel do Iguaçu terá assegurada a sua continuidade apenas após a instalação de uma Agência do Banco do Brasil, pela qual os agricultores do município se beneficiarão, usufruindo dos programas de incentivo à produção agrícola instituídos pelo Governo Federal.

Por tratar-se de reivindicação há muito formulada pelas autoridades e lideranças miguéis-iguaienses, solicitamos apressamento nos estudos para a instalação da agência citada, para que se concretize dentro do menor prazo possível, face a vital importância que desempenha essa instituição bancária onde ela se encontra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva desta Casa de Leis, que na reformulação do Projeto do Anexo ao Plenário, para futuras instalações dos Gabinetes dos Deputados, faça constar também, um CENTRO DE CONVENÇÕES.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT.

Apoio: João Mansur, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Jurandir Messias, Mário Celso, Trajano Bastos e Rosário Pitelli.

#### JUSTIFICATIVA:

Temos conhecimento de que a Comissão Executiva desta Casa irá reformular o Projeto do Anexo ao Plenário, que abrigará as futuras instalações dos Gabinetes dos Deputados.

E assim sendo, pleiteamos que, na reformulação do referido projeto, faça constar também, a instalação de um CENTRO DE CONVENÇÕES, constando de um Auditório, com capacidade para acomodar de oitocentas a mil pessoas sentadas, salas de reuniões de Comissões, instalações para serviços de tradução, taquigrafia, datilografia, todo o indispensável, enfim para o mais perfeito funcionamento de um centro dessa natureza, a exemplo dos que já existem nas Assembléias Legislativas de outros Estados.

Há ainda, a considerar que Curitiba é uma cidade carente de um lugar apropriado para realização de eventos, tais como Simpósios, Seminários, os quais muitas vezes deixam de cumprir satisfatoriamente com a finalidade proposta, por se realizarem em lugares inadequados, sem falar na série de incômodos e problemas de todo gênero que surgem para adaptá-los apropriadamente, desde o sistema de instalação de som, até ao transporte de móveis e máquinas, aumentando as despesas e exigindo maior dispêndio de tempo.

Por outro lado, a instalação de um CENTRO DE CONVENÇÕES na Assembléia Legislativa do Paraná, onde poderão ter lugar promoções, mesmo não patrocinadas por esta Casa, propiciará maiores oportunidades e estímulos para as grandes realizações, que em muito contribuirão para o desenvolvimento cultural do nosso povo e, como conseqüência natural, elevando ainda mais o nome desta Casa de Leis, tanto no cenário estadual, como nacional.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Comandante do 5º Comando Aéreo Regional com sede em Canoas, no Rio Grande do Sul, solicitando que a INFRAERO passe a cuidar da administração e manutenção do Aeroporto de Londrina.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) FIORI LUIZ

#### JUSTIFICATIVA:

O Aeroporto de Londrina necessita de urgente reforma, tanto no pátio de estacionamento como na estação de passageiros, que precisa ser ampliada.

No mês de maio de 1.979, com apenas um vôo diário (a empresa que opera os jatos retirou um dos vôos temporariamente), a estatística apresenta estes números:

Desembarques: 2.961

Embarques: 3.025

Média diária de embarques: 97,06

Média diária de desembarques: 95,05

Tivemos 1.218 (um mil, duzentos e dezoito) pousos e decolagens, dando a média diária de 39,03.

Com o restabelecimento dos vôos normais (dois por dia), é evidente que os números dobrarão.

Londrina é hoje a terceira cidade da região Sul do País, pólo de uma região importante no setor econômico.

A INFRAERO, que recebe fundos através de pedágios, tarifa aero-portuária de embarque e desembarque, pouso e decolagem.

Assim, atendemos apelo da população nesse sentido.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 78/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º -- Fica elevado para 21 (vinte e um) o número de

Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1.979.

(a) RENATO BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com o parágrafo único do Art. 28, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1.973 (Lei Orgânica dos Municípios), o número de Vereadores, em cada legislatura, será alterado por lei estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no município, até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições municipais, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Conforme a Certidão que anexamos ao presente, fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, o número de eleitores de Cascavel perfazem o expressivo de 70.943.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, a fim de adaptar o Legislativo Municipal de Cascavel à sua real situação política.

Com isso esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "A consciência universal, a urgência de proteção de meio ambiente, para a preservação da própria espécie humana.

O que se construiu sob invocação do progresso material das sociedades organizadas, equivale quase ao que se destruiu em detrimento do futuro dessas mesmas sociedades.

Invocada a necessidade de desenvolvimento acelerado, cometeram-se crimes contra a natureza, muitos deles irreparáveis, outros, sanáveis com grande dispêndio, muito carinho e a longo prazo.

Entretanto, o mais grave é que o processo de destruição segue em curso, em várias frentes, com atividades predatórias, poluindo águas, esterilizando a terra, enfestando o ar, assassinando a fauna e a flora.

A primeira estratégia para vencermos essa verdadeira batalha da ecologia, que é deter em todas as frentes, as atividades agressivas da natureza, enquanto se providencia a recuperação do que seja resgatável.

Leis existem em nosso País, e são boas leis, mas falta fazer com que elas se cumpram, é preciso, é necessário cercar o inimigo social, em todas as suas bases, sob todas as formas, obrigando que essas leis não fiquem apenas no papel.

Necessário também que haja a formação de uma consciência efetiva, prática, participante da necessidade de preservação de meio ambiente.

Por isso, aquece o coração, gratifica a nós todos que temos lutado já há anos pela necessidade de preservar o meio ambiente., assistir a consumação de atos formais que corporificam a postura de defesa que deve caracterizar todos os governos. A imprensa, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, noticiou hoje, o elenco de medidas ontem propostas pelo Governador Ney Braga, em anteprojeto de lei ou através de decretos ou convênios.

Propõe-se a esta Casa, que a concessão de créditos agrícolas somente sejam deferidos a projetos agropecuários que cumpram a legislação referente, a proteção de recursos hídricos e manutenção de cobertura arbórea.

Nada mais justo que impedir incentivos ao predador. Sugeriria até, que constatadas as infrações nas vistorias, fosse esse infrator punido como determina a legislação.

As demais iniciativas resultaram que não mais se forne-

cerá energia elétrica às indústrias poluitivas. Que a concessão de financiamentos para a implantação industrial, estará subordinada a critérios de defesa ambiental. A criação de um parque ambiental em Adrianópolis, a implantação de viveiros florestais para a disseminação de árvores da flora nativa. Proteção das matas ciliares nas rodovias e a sua reabertura. Lançamento de matéria nos currículos das escolas públicas, educação ambiental.

Enfatizou ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Governador do Estado, que elegeu a defesa do meio ambiente, como uma preocupação permanente de sua administração, e é esta a afirmativa que motiva o presente requerimento.

Para que seja enviado ao Sr. Governador uma moção de aplauso por essa prioridade que manifesta para preservação e recuperação do meio ambiente. E se manifesta Sua Excelência como pensamento comum deste Legislativo, idêntica posição, havendo de se gerar aqui toda legislação, que o Executivo entender indispensável para realizar a sua política de defesa ecológica.

Era só. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Carlos Zanlorenzi.

O SR. CARLOS ZANLORENZI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"De uns anos a esta parte, o mundo está mostrando séria preocupação quanto à necessidade de preservar e de proteger o meio ambiente. O Brasil se enfileirou no exército dos defensores da Natureza, por haver compreendido que a destruição das matas, o esvaziamento dos rios, o fim das minas de água, a poluição do ar e o total abandono do solo aos terríveis efeitos da erosão, são causas da queda de produtividade dos gêneros alimentícios, do estancamento dos mananciais para abastecimento de água potável às cidades, do arruinamento das condições de vida das populações sofredoras. E o Paraná se integrou, desde logo, na campanha de recuperação do solo, do ar e da água, para que as gerações atuais e futuras não padeçam o drama das regiões devastadas.

Tivemos conhecimento, por exemplo, de um plano em estudos, para o plantio de largas faixas de florestas nativas ao longo de alguns de nossos rios, como o Tibagi e o Ivaí, com o objetivo de resguardar esses cursos de água da evaporação intensiva e do desaparecimento de seus afluentes. A iniciativa é louável, e merece o apoio de todos nós.

Acontece porém, que, em muitos casos, é melhor prevenir do que remediar, para benefício da nossa população.

Desejamos alertar os Poderes Públicos para a necessidade de conservação, desde as cabeceiras até a desembocadura, dos rios Assungui, Conceição e Ribeirinha.

O Assungui nasce no Município de Campo Largo; o Conceição e o Ribeirinha nascem no de Ponta Grossa. o Assungui acaba desaguardo no Ribeirinha, que é o mesmo Ribeirinha, chamado de Iguape, a servir, em certo trecho, de divisa entre os Estados do Paraná e São Paulo.

Com a exceção do Ribeirinha, que já está sofrendo a ação, no curso superior, dos que procedem à lavagem do talco, extraído de jazidas, e, por isso, se apresenta turvo, os outros dois são de águas límpidas e cristalinas.

Como, mais cedo ou mais tarde, esses três rios irão contribuir para o abastecimento de água da Grande Curitiba, abrangendo toda a sua Região Metropolitana, torna-se necessária a conservação da sua pureza.

No caso dos lavadores de talco, basta proibí-los e aplicar-se penalidades rigorosas aos infratores, para que o Ribeirinha volte a ter águas claras e próprias para o consumo.

A política de proteção do Ribeirinha, ao Assungui e ao Conceição está a exigir algumas importantes medidas. Uma delas é a proibição do corte de árvores nas margens, e recupera-

ção da floresta onde o corte de árvores já tinha havido. Por ser dispendioso, e o município não dispor de suficientes recursos, o Estado, no seu próprio interesse, deve incumbir-se da tarefa de recuperação. Outro aspecto do problema é o da proibição rigorosa de instalação de indústrias poluidoras ao longo desses rios, para não ocorrer com eles o que ocorre com o Tibagi, onde a vida animal e vegetal está se consumindo, em virtude da ação destruidora da lixívia negra, nele despejada pelas fábricas de papel existentes em Palmeira e em Telêmaco Borba.

Este nosso grito de alerta, feito ainda em tempo, tem por fim o bem exclusivo da população paranaense, e deve ser acolhido, como colaboração desinteressada, pelos órgãos competentes do Governo do Estado.

Solicitamos, pois, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e aos Srs. Prefeitos da Região, manifestando o nosso empenho em conservar os rios Assungui, Assunção e Ribeirinha, como futuros mananciais de água potável da Região Metropolitana de Curitiba, através de acauteladoras e enérgicas medidas visando:

a) impedimento de devastação, em suas margens, das reservas florestais;

b) proibição de instalação de indústrias e de qualquer outra atividade poluidora ao longo dos referidos cursos d'água.

Este grito de alerta tranqüiliza a nossa consciência, pela certeza de estarmos cumprindo o nosso dever.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, vim a esta tribuna para fazer este humilde pronunciamento, sabendo do interesse dos Prefeitos Municipais desta região, em atrair indústrias, porém não estamos em época de pensar somente no progresso industrial, mas sim no futuro do **HOMEM**''.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Em vez de jogar pedras no passado vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro'' -- Emílio Garastazu Médici.

Venho hoje a esta tribuna imbuído do mais alto sentido democrático e por visualizar a um tempo muito próximo a normalização da vida política nacional.

No dia 15 de março de 1.979, assumiu os destinos do governo brasileiro, um homem que prometia publicamente, redemocratizar a nossa Pátria, este homem foi visto simplesmente como mais um que vinha com promessas vazias no sentido de ludibriar a opinião pública.

Mais o que estamos assistindo é totalmente o inverso, pois sem muito alarde, sem grandes manchetes, este homem está conseguindo com tranqüilidade ultrapassar os obstáculos que vem encontrando e, com a coerência dos seus atos, está conseguindo tudo aquilo que o povo deseja e que ele como brasileiro também aspira, ou seja, a democracia.

Não estou nesta tribuna para fazer apologia ou elogios baratos, venha à esta tribuna para registrar o meu otimismo, a minha confiança que a cada dia cresce neste Governo, que realmente não está prometendo e sim realizando.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria impossível fechar os olhos, tapar os ouvidos, para não ver nem ouvir o que vem acontecendo em nossa Pátria nos dois últimos meses, talvez para lembrar aqueles que procuram minimizar os atos do Governo Federal, farei uma pequena exposição dos últimos acontecimentos:

Logo no início de seu Governo o Presidente João Batista Figueiredo enfrentou uma greve em São Paulo, e demonstrou toda a sua sensatez resolvendo todo o problema dentro da ordem, e não usando jamais de violência; depois desta desencadearam-se outras greves, como a testar o Governo e este, demonstrando que não está brincando de democracia soube acatar e atender na medida do possível as reivindicações do

povo brasileiro.

E agora, a poucos dias atrás, tivemos a realização do Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), onde o Governo além de não ter intervindo, cedeu o local para sua realização bem como toda a aparelhagem de som, condução e alimentação, demonstrando com isso que todas as propostas sérias serão aceitas, só não será aceita a desordem e a anarquia.

Agora irá para o Congresso a proposta de Anistia, talvez não uma Anistia como o partido da Oposição deseja, pois não serão anistiados aqueles que mataram, assaltaram e seqüestraram, pois entendo eu, que nada no mundo dá o direito de alguém matar a um seu irmão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobre colegas de bancada, nobres colegas do partido da Oposição, é chegada a hora de reconhecer-mos o que de bom vem sendo feito, vamos realmente ajudar a construir este País, com sugestões, com críticas conscientes, pois estamos atravessando uma fase de transição, onde a censura aos grandes jornais acabaram, e sentimos nestes próprios jornais uma mudança, pois alguns que até bem pouco tempo eram frontalmente contrários ao Governo, agora já começam a reconhecer e acreditar que uma nova era se inicia em nossa Pátria.

Terminei meu breve pronunciamento, ratificando minha confiança neste Governo que se inicia, e fazendo um apelo a meus nobres colegas: A classe política representa o povo, e aqueles que dizem que o povo está colocado fora dos debates políticos em nossa Pátria não acreditam em seus mandatos pois o povo nos elegeu para representá-los, significando isto, que o povo participa a não ser que os nobres colegas Deputados não creiam no poder a nós conferido pelo voto do povo. Concluindo, Senhor Presidente, gostaria de ler um pequeno texto que saiu no jornal "O Estado de São Paulo" no dia 02 de junho de 1.979, sobre a realização do Congresso Estudantil realizado em Salvador:

"O grupo não sofreu coação alguma ao seu direito de reunião: convocados diversos Estados da Federação, pôde comparecer em números expressivos (mais de dois mil delegados) e por dois dias inteiros discursou, debateu, votou. Para esse exercício dos direitos individuais característico da vigência de um regime democrático contou com a ajuda substancial do Estado: a reunião teve como sede um prédio do Estado da Bahia, cedido a título gracioso e equipado com um sistema de som, e os deslocamentos foram facilitados com ônibus a disposição, por conta dos cofres públicos. Essa reunião, no entanto, que se intitulou de XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), abriu-se com gritos de "abaixo a ditadura" a intercalar os versos do Hino Nacional. Que ditadura?...

A ditadura a por abaixo é, pois, não uma situação concreta externa, mais um vazo contumaz e interno, que se repetiu inclusive, no Congresso de Salvador. E de que sintoma inequívoco o não reconhecimento da delegação do Rio Grande do Sul, avaliada, por critérios que ninguém conhece, como de "extrema-direita" - como o recurso, é lógico a oportunas considerações de formalismo legal. Ou só foi ao final do Congresso que se descobriu que a "UNE deve pugnar em defesa dos interesses e direitos dos estudantes sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo, convicção política, religião e social"? A ditadura a pôr abaixo é o ânimo totalizante de algumas ideologias daquelas sobretudo que impõe a força às mais diversas situações seus esquemas constantes de interpretação, que discriminam até as inteligências que se permitam reformular quaisquer direitos, mesmo os que são prévios a toda e qualquer organização social e sua respectiva ideologia''.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, quarto orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à mesa um ofício ao 5.º Comando Aéreo Regional, com sede em Canoas, Rio Grande do Sul, solicitando ao Comandante que a INFRAER, Infraestrutura de Aeroportos, passe a cuidar da administração e manutenção do Aeroporto de Londrina.

A INFRAER é uma empresa que detém cinquenta e um por cento das ações do Governo e cuida especificamente da administração e manutenção de aeroportos, inclusive do interior, no caso específico, o de Foz do Iguaçu.

A INFRAER recebe fundos através de pedágios, de tarifas aéreo-portuárias, de embarque e desembarque, de pousos e decolagens. Esses funcionários são contratados no regime CLT.

A estatística do mês de maio, em Londrina, com apenas um voo, já que a empresa opera jatos em Londrina, retirou temporariamente um voo, a estatística de maio apresenta: desembarques, 2.961; embarques 3.025, dando uma média de embarques 97,6 e média de desembarque, 95,5.

Londrina é hoje a terceira cidade do sul do País, a segunda do Estado e um polo muito importante no setor econômico do Estado e também da Nação. E em função do enorme movimento daquele aeroporto, torna-se urgente reformas profundas no pátio de estacionamento e ampliação das estações de passageiros.

Encaminhamos, então, ao Comandante do 5.º Comando Aéreo Regional, com sede em Canoas, Rio Grande do Sul, este ofício, porque esse Comando é que responde pelo Setor Regional Sul.

Londrina está a clamar, há muito tempo, pela presença da INFRAER no aeroporto local.

Esperamos a aprovação dos nobres companheiros quando da votação deste ofício.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Havendo declinado o Deputado Renato Bernardi, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “O que ocorrer com a terra, recairá sobre os filhos da terra. Há uma ligação em tudo”.

No ano de 1.854, o Presidente dos Estados Unidos fez a uma tribo indígena a proposta de comprar grande parte de suas terras, oferecendo em contrapartida, a concessão de uma outra “reserva”.

Eis a resposta do chefe indígena:

Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha.

Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-las:

Cada pedaço desta terra é sagrada, para meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira o inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de um povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho.

Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe o do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o búfalo, o cavalo, a grande água, são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro, e o homem - todos pertencem à mesma família.

Portanto, quando o Grande chefe em Washington manda dizer que deseja comprar nossa terra, pede muito de nós.

O Grande chefe diz que nos reservará um lugar onde possamos viver satisfeitos. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Portanto, nós vamos considerar sua oferta de comprar

nossa terra. Mas isso não será fácil. Esta terra é sagrada para nós.

*Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, e devem lembrar-se do que ela é sagrada, e devem ensinar às suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz de meus ancestrais.*

*Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede.*

*Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos, e seus também. E, portanto, vocês devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão.*

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção de terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue o seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Raptada da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. A sepultura de seu pai e os direitos de seus filhos são esquecidos. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto.

Eu não sei, nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. Talvez seja porque o homem vermelho é um selvagem e não compreenda.

Não há um lugar querido nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera ou o bater das asas de um inseto. Mas, talvez seja porque eu sou um selvagem e não compreendo. O ruído parece somente insulto aos ouvidos. E o que resta da vida se um homem não pode ouvir o choro solidário de uma ave ou o debate dos sapos ao redor da lagoa, à noite? Eu sou um homem vermelho e não compreendo. O índio prefere o suave murmúrio do vento encrespando a face do lago, e o próprio vento, limpo por uma chuva diurna ou perfumada pelos pinheiros.

O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro - o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao mau cheiro. Mas ao vendermos nossa terra ao homem branco, ele deve lembrar que o ar para nós é precioso, que o ar compartilha com o espírito, com toda a vida que mantém. O vento que deu a nosso avô seu primeiro inspirar também recebe seu último suspiro.

Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem mantê-la intacta e sagrada, como um lugar onde até mesmo o homem branco possa ir saborear o vento açucarado pelas flores dos prados.

Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como irmãos.

Sou um selvagem e não compreendo qualquer outra forma de agir. Vi um milhar do búfalo apodrecendo na planície, abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem ao passar. Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo de ferro pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecermos vivos.

O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o



homem. Há uma ligação em tudo.

*Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas do nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos.*

*Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.*

*O que ocorre com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um dos seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.*

Mesmo o homem branco, cujo Deus caminha e fala com ele de amigo para amigo, não pode estar isento do destino comum. É possível que sejamos irmãos, apesar de tudo. Veremos. De uma coisa estamos certos - e o homem branco poderá vir a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus. Vocês podem pensar que o possuem, como desejam possuir nossa terra; mas não é possível. Ele é o Deus do homem, a Sua paixão é igual para o homem vermelho e para o homem branco.

A terra lhe é preciosa, e ferí-la, é desprezar o seu Criador. Os brancos também passarão; talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminam suas camas, e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos.

Mas, quando da sua desapareição, vocês brilharão intensamente, iluminados pela força do Deus que os trouxe a esta terra e por alguma razão especial lhes deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho. Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos sejam todos domados, os recantos secretos da floresta densa impregnados do cheiro de muitos homens, e a visão dos morros obstruída por fios que falam. Onde está a água? Desapareceu. É o final da vida, e o início da sobrevivência".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Confesso-me preocupado com a situação reinante hoje na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Os jornais de Curitiba publicam, em suas edições de hoje, notas oficiais da Reitoria e do Centro Acadêmico Hugo Simas.

E, pelas posições assumidas por ambas as partes, devo manifestar a minha preocupação quanto às posições que se definem de forma crescente, e que podem levar Reitoria e Universitários a um impasse ainda mais grave e ainda mais difícil de resolver.

Para exemplificar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembro o que aconteceu em Londrina, onde tivemos uma greve de 37 dias, que seguramente seria muito mais curta se tivesse havido entendimento elevado, aberto, entre as partes conflitantes.

Ainda no sábado passado, ouvi acadêmicos da Faculdade de Direito, e neles senti a preocupação com este episódio. Não como seu porta-voz, mas como interessado nesta causa, procurei o Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Ocyron Cunha, e o resultado da conversa que mantivemos com as duas partes, foi, em meu entendimento, o melhor possível. Pude sentir que não existe nenhuma posição irredutível dos acadêmicos, preocupados só com a qualidade de ensino, sem a preocupação de rotular politicamente o seu movimento.

Com a seriedade e responsabilidade que empresta à sua atuação como Reitor da nossa Universidade, do Professor Ocyron Cunha ouvi a sua manifesta intenção de tudo fazer para que a qualidade de ensino não caia em nossa Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, intenção que está consagrada nos jornais que circularam no último sábado em

Curitiba, e eu me permito ler, uma declaração do Reitor, inserida no jornal "Correio de Notícias", referindo-se a este episódio e dirigindo-se aos estudantes.

Disse o Reitor Ocyron Cunha: "Eu garanto que todas as turmas da Faculdade de Direito terão aulas no segundo semestre deste ano. Se isto não acontecer, prometo a vocês, estudantes, que em assembléia com vocês me exporei à execração pública".

Um homem com a vivência que tem, Ocyron Cunha, não teria, não faria uma afirmação como esta que acabei de ler, sem o senso de responsabilidade que deve ter.

E por sentir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na postura do Reitor e dos alunos legitimamente interessados na melhoria da qualidade do ensino, e invocando o triste exemplo da Universidade de Londrina, é que, neste instante, venho à tribuna a fim de formular um apelo para que todas as partes, com os espíritos desarmados, passem a encarar a perspectiva da solução para esta crise.

E tenho a convicção de que, tanto o Reitor Ocyron Cunha quanto o Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, o jovem João Cândido Cunha Pereira Filho, estão imbuídos do melhor propósito e da melhor vontade para que possam chegar ao grande desfecho que não há de tornar ninguém menor, mas que há de engrandecer aqueles que renunciam a valores pessoais e até no caso, a vaidade pessoal, para promover a grande solução.

É o apelo, Sr. Presidente, que formulo desta tribuna, e requeiro verbalmente a Vossa Excelência, que faça chegar o texto deste pronunciamento ao Centro Acadêmico Hugo Simas e ao Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Encerrado o Pequeno Expediente.

Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso. — (Pausa) Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate. (Pausa). Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet. (Pausa). Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Darios. (Pausa). Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A meu ver, liderança pessoal não se impõe, não se pede e nem se vende. É um dom humano, e essa liderança se afirma pelo exercício de influência de uma pessoa sobre outra, ou outras pessoas.

Agora, liderança de representação política, não se confunde com qualidade de liderança pessoal. É na estrutura dos parlamentos, consequência da necessidade de organização dos trabalhos, da divisão em bancadas, uma coordenação da representação partidária.

É um encargo e também um cargo, uma atribuição que deve recair sobre alguém que necessariamente não precisa exercer qualquer tipo de influência humana sobre o colegiado que encabeça.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, tendo em vista noticiário de imprensa, onde se tem até com uma certa frequência, questionado posições deste ou daquele Deputado em relação à Liderança da ARENA.

Parece-me que a não distinção entre liderança pessoal e liderança em cargo, seja motivo para que a questão fique nebulosa, especialmente para quem ainda não está afeito ao mecanismo parlamentar.

A Bancada da ARENA está composta de 34 Srs. Deputados, cada qual de per si, é um líder pessoal em sua comunidade; cada um dos Deputados da Arena é dotado de qualidades intelectuais destacadas e personalidade realçada no seu meio. Seria difícil para não dizer impossível até, que todos comunhassem em opiniões subjetivas, como simpatia, comportamento de terceiros, da mesma forma que não se esperaria unanimidade

na escolha de cores nas suas gravatas.

Pergunto, que seria do amarelo se todos gostassem do vermelho?

É natural, portanto, que alguns dos Srs. Deputados discordem de quem exerce o cargo de liderança, como também discordem entre si, é a vida das pessoas, ninguém pode mudar. É salutar até, que a multiplicidade de interesses ocasione posturas diversas, porque a força dos Parlamentares está exatamente no debate livre, para que predomine o bom senso da maioria.

O importante é salientar, para esclarecer à opinião pública, é que a bancada da Arena, como representação política, está coesa. E disto tem dado provas em todos os momentos, quando seu voto conjunto permitiu a aprovação de mensagens enviadas pelo Governo, ao qual damos respaldo parlamentar, no interesse da comunidade paranaense. Coesa também, tem se firmado esta bancada, quando opôs-se, por posicionamentos políticos, às incursões críticas do Partido da Oposição.

Deve a opinião pública compreender que Líder de bancada não significa, nunca significou, líder afetivo, líder emocional. É preciso que a opinião pública, em alguns dos Srs. Deputados, compreendam isto; líder de bancada não tem que ser, necessariamente, um líder afetivo. É apenas o Deputado escolhido pela maioria, para coordenar as posições políticas do bloco e Líder do Governo é o Deputado ao qual se atribuiu representatividade para falar no Parlamento, como porta-voz do Executivo.

Deve-se compreender também, que os assuntos debatidos a nível de bancada, podem ser sempre controversos, prevalecendo não a opinião do líder, mas a opinião da maioria. Esta sim, por ele representada.

Pessoalmente, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, aceito críticas, é evidente; sou apenas um humilde Deputado, que procura acertar dentro de suas limitações. Aceito críticas, opiniões adversas, contestação aberta a atitudes que venha adotar; politicamente, sei que minha missão não é a do agrado ou da bajulação, para conquista de amizades. É meramente, o dever do líder, atuar para defender as opiniões da maioria e do Governo, que aqui represento.

Estou certo, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, de prestar, à opinião pública, um esclarecimento relevante para que entenda o comportamento dos Srs. Deputados e os veja igualmente, não como líderes e liderados; idênticos nossos deveres, idênticas nossas prerrogativas. Apenas alguns foram escolhidos para cargos de organização interna, sem que estas posições signifiquem mando ou necessidade de agradar. Pelo menos da minha parte, jamais a posição de Líder de Governo significou algo mais do que a oportunidade de servir o meu povo e o meu Paraná.

Encerro, lembrando um fato que já foi percebido por John Kennedy, no seu livro "Exemplos de Coragem", quando ele escreveu sobre Parlamentares Norte-Americanos. E disse que a grande coragem de um representante popular, está exatamente em contrariar os seus Pares; contrariar sua facção, contrariar até seus próprios eleitores, e a isto foi motivado por uma convicção relevante.

Relevante ao interesse público e principalmente à sua moral. E tenho certeza, que as restrições que se me façam, jamais terão por objeto, nem o interesse público, menos ainda a minha moral.

Por isto as entendo, e de certa forma agradeço até; porque a crítica é fonte preciosa, para que o homem se auto-discipline. E presto estes esclarecimentos à Casa, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados...

**O Sr. José Domingos Scarpelini** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, Vossa Excelência vem justificar à Assembléia, que se dirige neste momento à bancada da Arena, por algumas dissidências que no entendimento

nunciamento, fazemos que existe...

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Só gostaria de fazer uma correção, se Vossa Excelência me permite: não é no meu entendimento; dissidências no entendimento da imprensa, eu fui bem claro.

**O Sr. José Domingos Scarpelini** — Perfeito.

Agora me parece, nobre Deputado, que o seu pronunciamento nesta tarde é mais voltado à bancada da Arena e mais para o esclarecimento à imprensa e à opinião pública.

Portanto, gostaria de alertar ao nobre Deputado, que a Bancada do MDB, em problema interno do seu Partido, muitas vezes ou na maioria das vezes, ela não deve participar, discutir e nem decidir sobre o assunto, porque é questão de economia interna.

Porém, nós temos visto que existe em função de mando político, em função de posições que Deputados assumem em detrimento de outros dentro da própria Arena que ocasiona e dá este desgaste.

Portanto, a luta que o MDB vem travando contra o absolutismo, contra os mandos políticos, Vossa Excelência acaba de confessar da tribuna, neste momento, que é uma luta válida. Porque Vossa Excelência alega que a imprensa e o povo devem tomar conhecimento de que existe alguma dissidência e uma indisposição entre Deputados que compõem a sua bancada, com a Liderança. E isto é muito natural, onde se disputa fisiologicamente a política do Estado. Onde as idéias e o objetivo maior não está colocado na discussão.

Portanto, Vossa Excelência, nobre Deputado, vem mais uma vez, consolidar a grande luta que o MDB vem fazendo, porque se não fossem estes problemas, de mandos políticos, os problemas fisiológicos que existem internamente dentro do seu Partido, e muitas vezes dentro também do próprio MDB, isso eu tenho certeza que não seria nem motivo de esclarecimento, porque, se a discussão é política, é ideológica, é partidária, não haveria um motivo para essas dissonâncias, como está havendo agora na bancada da Arena, que a própria bancada do MDB já começou a perceber. E nós, os Deputados que convivemos nesta Casa, sabemos perfeitamente que existe uma grande dissidência dentro da bancada, apesar de não ser assunto de nossa conta.

Mas, era esse o aparte de colaboração que eu queria dar a Vossa Excelência.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Já concederei o aparte, só quero responder ao nobre Deputado José Domingos Scarpelini.

Vossa Excelência há de convir que o Parlamento é forma de debate. E que as posições, embora conflitantes, elas caracterizam a forma, a posição pessoal de cada representante do povo; de cada representante de sua comunidade, neste Parlamento.

E que as explicações que faço, não faço à bancada da Arena, não faço à bancada do MDB, eu faço ao povo do Paraná e à imprensa a quem nós devemos muito aqui nesta Casa; porque não fora a preciosa colaboração da imprensa na divulgação dos trabalhos deste Poder, isto aqui seria apenas uma rua de mão única: jamais encontraria ressonância popular, nos trabalhos dos Srs. Deputados nesta Casa.

E gostaria ainda de dizer a Vossa Excelência, que a continuar, a vigir o bipartidarismo, e fatalmente, isto eu repito mais uma vez, o Partido de Vossa Excelência chegará ao Poder; não sei se daqui a 4 anos, se daqui a 8 ou se daqui a 12 anos; mas a alternância do Poder, é a característica dos regimes onde impera o bipartidarismo. São exemplos que acontecem em todo o mundo, que o Brasil poderia se constituir numa exceção. E quando Vossa Excelência, se continuar no MDB, for Governo, eu talvez não esteja aqui; mas os Deputados mais jovens do MDB estarão aqui para cobrar o enfoque e o posicionamento



que Vossa Excelência faz, a respeito dos comandos políticos.

Que esses comandos políticos realmente é um enfoque que não corresponde exatamente aquilo que deles pensa a Oposição. Mas representa, isto sim, a obrigação do Deputado para com sua comunidade; para a comunidade que lhe deu a maior votação no município; e se um Deputado foi o mais votado no município, é evidente que a maioria da opinião pública sempre esteve ao seu lado.

E quando Vossa Excelência e os demais valorosos componentes da Bancada da Oposição, chegarem ao Poder, alguém cobrará, com a mesma ênfase o fim dos comandos políticos, que Vossas Excelências cobram hoje dos governos arenistas.

Concedo aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência, como nosso Líder, como um homem de estrita e extrema confiança do Governo Ney Braga, como Líder da Arena, Líder do Governo, tem se pautado neste Poder, de uma maneira inatacável; então nós vemos, com estranheza, ingerências dos afoitos, querendo ditar normas, querendo, como dizia um grande amigo nosso, o ex-Deputado Alencar Furtado: "Confundir caçada de tatu com serenata".

O problema na democracia, desde o tempo de Cícero; democracia já é discussão, já era onde os homens procuravam no Parlamento, fazer suas idéias prevalecerem; vemos em Vossa Excelência, um líder autêntico, um líder que foi escolhido por Ney Braga, este grande líder paranaense, quicá brasileiro, para nos liderar; para liderar a ARENA do Governador Ney Braga, e para liderar esta bancada que também não quer outra coisa a não ser o bem estar de sua terra e de sua gente.

O que não podemos tolerar, nosso líder, é ouvirmos falar de comandos políticos; querer misturar alhos com bugalhos, é misturar liderança do Deputado que precisa desta paripassu para responder e se responsabilizar pelos problemas de suas comunas.

Porque nós não somos famigerados e não vamos admitir que outros Deputados, com todo respeito que temos ao MDB, venham a ingerir nos nossos assuntos comezinhos; assuntos internos, que temos como líder supremo o Governador Ney Braga, que dá liderança para o Deputado, para o Deputado trabalhar para bem-estar de sua terra e sua gente. Eles nos atacam, eles nos ferem a nossa sensibilidade.

Então, é neste momento, Deputado Erondy Silvério, que queremos fazer um alerta, duvidar apenas de uma palavra sua, não sabemos se o MDB vai ser Governo, talvez daqui a 50 anos, depois que existir só pó, nossos ossos estiverem no cemitério, talvez os nossos netos vão ver o MDB com essa tecla do Deputado Scarpelini, a vir à praça pública, chamar de famigerado comando político os homens que lutam por sua terra; os Deputados da Arena, sem exceção, têm a liderança política em suas comunas onde ganharam, mas eles só procuram carrear o bem, fazer o benefício e, para honra nossa, haveremos de chegar em nossas comunas, de cabeça levantada e dizer que estamos apoiando o nosso Líder, que é Vossa Excelência, e que não admitimos ingerência de outras plagas, não admitimos a não ser uma orientação honesta e palpável, para que o Paraná, com esse diálogo de Vossa Excelência, com esse diálogo do Deputado Scarpelini venha a tirar vantagem e confiamos em Vossa Excelência como confiamos na bancada da Arena, na supremacia da liderança de Ney Braga.

Se a liderança política fosse um caso esdrúxulo, Ney Braga não teria dado aos Deputados, e confiamos em Ney Braga, sem querer bajular. O que não podemos é ser tripudiados a toda hora e a todo instante, sobre os comandos políticos. Não temos comando político, temos lideranças, onde disputamos palmo a palmo os votos daquele povo honrado de nossa terra.

Nós temos, Deputado Erondy Silvério, uma outorga, onde o povo nos outorgou, para que aqui representássemos o

povo muito bem. Agora, desafio os Deputados do MDB, que digam quem é o Deputado da Arena que é corrupto, qual é o Deputado da Arena que não está regendo bem a sua liderança política. Se assim eles provarem, pedirei imediatamente o desligamento do meu Partido, e pedirei a renúncia do meu cargo.

Porque não é possível, a cada instante e a cada momento, eles virem aqui falar em comando político. Não é comando político, porque em política manda quem pode e obedece quem precisa.

E nós estamos aqui, Deputado Erondy Silvério, para nos responsabilizar pelos nossos atos, e não vamos admitir que Deputado demagogo venha com problema de comando político, porque somos honrados, somos dignos, e se eles puderem provar o contrário, Deputado, daí sim, vamos dar a mão à palmatória.

Porque não é possível, que a cada instante, a cada momento, quando um Deputado da Arena vai à tribuna, venham com essa balela, essa tapeação, essa coisa que o povo está cansado de escutar, sobre comandos políticos.

Nós não temos comando político, temos liderança outorgada pelo Governador Ney Braga, que é o Chefe supremo, e em Vossa Excelência repousa a nossa confiança, para que nos defenda e para colocarmos um parapeito nesse comando político, porque "comando político" é o calcanhar de Aquiles de alguns Deputados da Oposição, porque eles também tiveram comando político em 1964, e nada fizeram pelo povo.

Muito obrigado.

**O Sr. José Domingos Scarpelini** — Nobre Deputado, Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, e já concederei aparte a Vossa Excelência, Deputado Scarpelini.

Apenas quero responder ao nobre Deputado Gabriel Manoel, e agradecer a sua solidariedade, e dizer o que me trouxe à tribuna, não foi o fato, absolutamente, e nem por longe passar em minha mente, de que os companheiros da bancada não confiam no trabalho da liderança.

Foi apenas, como já disse, um esclarecimento público que se fazia necessário. E aí repito novamente John Kennedy. E acho que a grande coragem do homem público está exatamente em divergir, porque as opiniões de um Parlamento não podem ser as mesmas. Nunca houve unanimidade em um Parlamento, e o dia que isto acontecer, estaremos numa fase de avanço político tal, que seria a verdadeira perfeição das instituições.

Agora, mesmo Vossa Excelência, diverge do pensamento do nobre Deputado Scarpelini. Isto é uma divergência comum, é efetivamente um pensamento que Vossa Excelência tem a respeito de um assunto que não é o mesmo do Deputado da Oposição. Da mesma forma, se refere ao problema da liderança na Casa. O Líder pode pensar de maneira diferente dos seus líderes e vice-versa.

Mas, o que é importante, e onde aproveito a oportunidade para agradecer a coesão, a união dos companheiros da Arena, porque, no instante em que aqui aportam mensagens do Poder Executivo, mensagens que visam o engrandecimento deste Estado e o bem-estar de seu povo, a bancada está coesa, a bancada está unida, votando realmente com seu grande líder político que é, incontestavelmente, Ney Braga.

**O Sr. José Domingos Scarpelini** — Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado, solicitei o primeiro aparte a Vossa Excelência e não sei se houve um mal entendido por parte do nobre Deputado Gabriel Manoel, porque, no momento em que solicitei o aparte, referi-me ao problema da economia interna partidária, o esclarecimento que Vossa Excelência estava dando a esta Casa. Mas, Vossa Excelência mesmo, afirmou da tribuna, que esta Casa é o foro competente para os debates políticos,

no momento em que Vossa Excelência vem debater, politicamente, aquele problema que talvez fosse de economia interna, ele passe, ele transborda, da economia interna da Arena para a Assembléia Legislativa do Estado.

E é justo que todos nós Deputados, da Arena como Vossa Excelência, ou do MDB como nós, participemos desses debates. E esclarecemos aquilo que entendemos necessário.

Agora, o nobre Deputado Gabriel Manoel, sempre que se refere aos homens da Oposição, diz, alega, de que o Partido da Oposição é o partido que visa a construção do bem público, do bem social. Discordo de Sua Excelência, e não é neste aparte que irei esclarecer onde o Partido da Oposição busca melhores dias para seu povo do que o Partido da Situação. Mas, sempre estou a falar, a apartear e a discordar do nobre Deputado, porque entendo que o homem com a coerência política dele, um homem que tem a vivência política que tem o nobre Deputado Gabriel Manoel, o homem que conviveu com o passado, com o presente, e certamente conviverá com o futuro, tem mantido sempre uma posição de coerência na Assembléia, porque, em 1963, o Deputado Gabriel Manoel defendia o Governo, mesmo fora desta Casa. Em 64, defendia o Governo e pertencia aos quadros do PTB.

Depois, caiu o Governo que estava naquela época. E ele, de u'a maneira diferente, continuou a defender o Governo que derrubou o Governo que ele defendia.

Sua Excelência aqui invocou Cícero, e eu invocarei um outro homem que disse: "o que seria dos ditadores e dos impecadores, se não houvessem os bajuladores?"

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, mas tenho que discordar.

Principalmente da posição que Vossa Excelência toma em relação ao Deputado Gabriel Manoel, que conhecemos aqui nesta Casa, desde 1966.

Também conhecemos anteriormente a trajetória política deste eminente Deputado, sempre voltado aos interesses do povo e da sua região. Região esquecida por todos os governos, exceção de Jayme Canet Júnior que, realmente, promoveu a redenção do Norte Pioneiro.

Mas, acompanhei a luta, não só de Gabriel Manoel, mas de Haroldo Bianchi, de Aguinaldo Pereira Lima, e de outros representantes do Norte Pioneiro que, aqui, ao longo desses 13 anos em que represento parcela de meu povo nesta Casa, têm lutado pela emancipação econômica de sua região.

Não concordo com a postura que Vossa Excelência faz da posição do nobre Deputado Gabriel Manoel. Partidariamente, ele tinha que estar com seu governo, anteriormente à revolução. Mas o homem pode estar errado até um determinado momento de sua vida, depois, quando ele vê que está na direção errada, no caminho errado, ele toma outra posição sem que para isso alguém tenha o direito de lhe chamar a atenção publicamente como Vossa Excelência o faz, ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

Lamento que tenha descido ao campo pessoal neste aparte que concedemos, porque Vossa Excelência é um Deputado brilhante, um moço inteligente, é um jovem de quem o Paraná muito espera. Mas, às vezes, na afoiteza de um pensamento, agride como agrediu-me, com palavras de baixo calão, há dias, no recinto deste Poder, e eu tive que ficar quieto, envergonhado perante as Senhoras Taquígrafas, que escutaram cabisbaixas, os palavrões que Vossa Excelência pronunciou. Fiquei calado, não por receio da sua juventude, mas sim, envergonhado em face das suas palavras.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao orador que se encontra na tribuna, que Sua Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado Erondy Silvério,

o adágio popular diz que "cada um dá o que tem", "cada um dá de si o que tem".

O Deputado Scarpelini está dando a este Parlamento, o que ele tem em sua mente.

Então, nobre Deputado, desejo fazer apenas um esclarecimento, para que não parem dúvidas:

Com muita honra, pertencemos ao Partido Trabalhista Brasileiro, quando éramos Prefeito em Joaquim Távora, em companhia do saudoso companheiro Benedito Lúcio Machado, que também era Prefeito, pelo PTB, em Santo Antônio da Platina.

Não vejo nisto, desdoro e nem desonra. O que aconteceu, talvez pela juventude, talvez pela inexperiência desse Deputado que quer acertar, mas que não o conseguiu até agora, esse moço que vinha apoiando o AI-5, e quase se viu expulso do seu Partido por causa desse pensamento afoito, então eu queria dizer a Vossa Excelência, o que aconteceu talvez tenha sido mais um impulso da juventude desse Deputado.

Assim sendo, desejo dizer que nós realmente integramos à ARENA quando foram dissolvidos os Partidos. Não mudamos de Partido como quem muda de camisa. Acharmos que a ARENA era o lugar dos homens, achamos que o Governador Ney Braga, à época em que éramos Prefeito, estava nos dando tudo, sustentando as Prefeituras e nos ajudando, então, assim sendo, não fomos para a ARENA para nos beneficiar, para beneficiar nossos familiares; fomos para a ARENA exclusivamente para beneficiar a nossa região, porque tínhamos confiança, como temos, que a ARENA seria o Partido que levaria o Norte Pioneiro à redenção, dialogávamos muitas vezes com o ilustre e extinto Deputado Lúcio Machado, que também pertenceu, como nós, com muita honra, ao PTB, dialogávamos como eu dizia, muitas vezes, sobre que a ARENA seria o Partido solução às causas do Norte Pioneiro.

Se me chamarem de bajulador, se disserem que bajulo os governos para carrear benefícios à minha gente, à minha terra, então sou mesmo o maior bajulador deste Estado.

Hei de bajular os Governos para levar os benefícios. Não terei de claudicar, não deixarei que meu povo não reconheça que teve, aqui, um homem que lutou por sua terra e por sua gente.

Jamais, Sr. Deputado, terei de sair expulso do meu Partido, e assim ser preciso recorrer às intâncias dos Tribunais, para que eu volte.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta, mas não pode conceder a palavra Pela Ordem ao nobre Deputado, porque não vê o Regimento Interno ferido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço, Sr. Presidente, os minutos que Vossa Excelência me concedeu além do tempo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta a Aliança Renovadora Nacional, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Usará da palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O angustiante problema do professor suplementarista do Paraná tem sido debatido nesta Casa. Entendemos que devamos colher todos os subsídios possíveis para que possamos fazer justiça. E, tendo recebido correspondência do Conselho de Representantes de Professores do Paraná, entendemos que o posicionamento do Conselho deve também ficar nos Anais desta Casa, razão essa que justifica a nossa presente na tribuna.

É evidente que tais posicionamentos poderão suscitar

futuros debates, mas é justo que aqui façamos este registro, ainda que não discutindo tais teses, dada a exiguidade do tempo, já que falamos no horário da liderança.

Mas, fica o registro que permitirá voltarmos ao assunto em futuras sessões deste Poder”.

Passamos à leitura do expediente que nos foi endereçado, e vazado nos seguintes termos. (Lê):

“Ofício n.º 084/79

Curitiba, 05 de junho de 1979.

Senhor Deputado:

Com referência ao requerimento aprovado por essa Casa de Leis, de autoria dos Deputados Aírton Cordeiro e Augusto Carneiro, sugerindo ao Governo do Estado estudos necessários no sentido de promover a efetivação de serventes e professores suplementaristas, cabe a este Conselho de Representantes de Professores do Paraná, esclarecer o seguinte:

1) -- O assunto já vinha sendo tratado por esta entidade desde o dia 26 de março do corrente ano, com as autoridades competentes, através dos ofícios n.ºs 051/79, de 26/03/79 e 060/79, de 16/04/79, ao Sr. Governador do Estado;

2) -- Deixamos de levar tal assunto à Assembléia Legislativa, por se tratar de assunto cuja iniciativa é de competência exclusiva do Poder Executivo, nos termos da Constituição Estadual vigente, o que nos impediu de sugerir, por parte deste colendo Poder, qualquer iniciativa neste sentido.

3) -- A fundamentação de nossa solicitação ao Poder Executivo foi vazada na inconstitucionalidade da Lei n.º 6508/73, na apresentação de fatos ocorridos em outros Estados do Brasil, como em Minas Gerais e Rio de Janeiro, e em jurisprudência sobre a situação do pessoal contratado em caráter temporário.

Entretanto, como o assunto passou a ser motivo de requerimento desta Assembléia, foi o seu teor discutido pelos professores em reuniões realizadas em Londrina e em Paranavai, onde compareceram delegações de 36 municípios.

Por unanimidade dos presentes, foi rejeitada a forma pela qual dar-se-ia a efetivação, nos termos vazados no referido requerimento dos ilustres Deputados.

Criou-se, na oportunidade, uma Comissão Permanente de Estabilidade que, em nome dos suplementaristas, discutirá as bases da referida estabilidade. Essa Comissão será integrada por um elemento de cada município paranaense.

Colocando-nos ao inteiro dispor de Vossa Excelência para melhores esclarecimentos sobre assuntos dessa natureza, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

(a) Prof. HERÁCLITO MACHADO SANDANO  
Secretário Executivo do CRPP”.

E anexo a este expediente, o Conselho de Representantes de Professores do Paraná nos envia cópia do expediente, Ofício n.º 060/79, endereçado dia 16/04 ao Sr. Governador, vazado nos seguintes termos. (Lê):

“Curitiba, 16 de abril de 1979.

Senhor Governador.

Retornamos, através deste, ao diálogo com Vossa Excelência, no sentido de esclarecer melhor um dos assuntos relacionados no ofício n.º 051/79, endereçado por esta entidade a Vossa Excelência. Trata-se da estabilidade dos professores suplementaristas com dez ou mais anos de serviço no Estado.

Como já lhe informamos, foi a Lei Estadual n.º 6508, de 13/12/73, que criou o Quadro do Pessoal Suplementar do Estado do Paraná, em cujo quadro está o professor suplementarista.

Com a criação do Quadro de Pessoal Suplementar, instaurou-se, por assim dizer, no Governo do Estado do Paraná, um terceiro regime jurídico trabalhista, além dos regimes estatutário e celetista. Desde então, o Governo do Estado passou a descontar as obrigações de Previdência Social e a conceder

também aos suplementaristas os benefícios inerentes à Previdência, a saber: Salário-família, assistência médico-hospitalar, licenças para tratamento de saúde e para gestantes, e, recentemente, passou até a recolher PASEP desses professores.

De fato, por todas essas medidas tomadas em favor de professores suplementaristas e de outros servidores contratados pela Lei n.º 6508/73, caracterizou-se perfeitamente esse regime de trabalho.

Mas, de outra forma, criou-se um outro problema social que vem trazendo transtornos enormes aos contratados em função dessa lei. Deixou o Estado de promover concursos públicos de ingresso, quer para o Magistério, quer para serventes. Não obstante a Lei n.º 6508/73, a instabilidade do professor suplementarista era patente pela precariedade dos dispositivos legais que o amparavam.

Adveio então, como reforço, o Decreto n.º 1495, de 16 de janeiro de 1976, que tentou melhorar o sistema de distribuição de aulas suplementares e garantir a permanência do professor na função que vinha exercendo. Embora medida salutar, a aplicação do Decreto trouxe consequências sociais, algumas negativas, com o afastamento de vários professores que já possuíam mais de dez anos de serviço público em aulas suplementares, tendo em vista o aumento da carga-horária semanal para 44 aulas, e a aplicação de um novo critério de prioridade das contratações, com observância do tempo de serviço ininterrupto no estabelecimento.

Hoje não se nega a validade do referido decreto, mas se deplora a instabilidade gerada pela Lei n.º 6508/73, e as consequências dela resultantes. Criada ilegalmente, porque inconstitucional foi o embasamento legal (e aqui o nosso espanto), para perpetuar uma situação instável de pessoal contratado durante todos esses anos de sua vigência. O ilegal gerou o princípio de uma legalidade aparente que fixou normas de um regime contratual.

Agora, pelo que se tem conhecimento, Vossa Excelência deseja fazer justiça a esses servidores. Uma grande parte deles possui mais de dez anos de serviço público no Estado, pertencendo a um Quadro de Pessoal Suplementar.

Dissemos que a Lei n.º 6508/73, foi criada ilegalmente ou melhor, inconstitucionalmente. Para provar essa assertiva, trazemos à luz documentos constitucionais e legais.

Diz a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 106:

“O regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada, será estabelecido em lei especial”.

Já a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 81, disciplinou a maneira desse contrato:

“Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras, ou contratados para função de natureza técnica ou especializada”.

Embora não perfeitamente explícito com relação ao magistério, o texto constitucional torna-se claro e definitivo, quando se examina a Lei n.º 6174, de 16/11/70, em seu artigo 349 e parágrafo 1.º:

“O Serviço público poderá também ser prestado por pessoal admitido para o exercício temporário de determinadas funções, notadamente de caráter braçal ou técnico-científico, técnicas e especializadas, para cuja execução não haja funcionário habilitado em número suficiente. § 1.º — “O pessoal de que trata este artigo é regido pela legislação trabalhista, com as mesmas restrições legais aplicáveis ao pessoal federal da mesma categoria”.

Portanto, não caberia ao Estado do Paraná estabelecer por lei especial nenhum outro regime jurídico de servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada. Sua opção foi

pelo regime da legislação trabalhista. É o que se pode constatar não só da Constituição Estadual, mas ainda da própria Lei n.º 6174/70. Destarte, a Lei n.º 6508/73, que regulamenta a contratação, em caráter temporário, de servidores braçais ou dos que ocupam funções de natureza técnica especializada, não tem sustentação jurídica. É ilegal e inconstitucional.

De que forma, pois, poder-se-á fazer justiça a quem por tantos anos foi vítima de uma lei injusta? Como pode o Estado reparar um mal que ele próprio criou?

Esta é a questão, Senhor Governador.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de votos, conheceu e proveu o Recurso Extraordinário n.º 89.314/8, em que foram autores Nelso Attilio Ubiali e outros professores suplementaristas contra o Estado do Paraná, objetivando sua estabilidade com base no § 2.º do art. 177 da Constituição Federal. O Sr. Ministro Cunha Peixoto, relator, a dar seu voto, abordou a existência de vínculo empregatício com relação à "prestação de serviço de natureza eventual, durante longos anos com subordinação hierárquica, sujeito o empregado a horário e remuneração". (RE n.º 89.314-8/PR, fls. 4, cf. documento anexo).

Se existe o vínculo empregatício dos professores suplementaristas, se a legislação aplicável a esses professores é a trabalhista, se o Estado lesou tais professores, subordinando-os a uma lei injusta e inconstitucional durante vários anos, por que não reconhecer hoje a estabilidade desses professores, legada pela própria legislação trabalhista, desde que tenham o tempo necessário para o benefício?

Esta é a resposta, Senhor Governador.

No final do ano de 1977, em Minas Gerais, o Governo daquele Estado concedeu a estabilidade a professores, diretores de estabelecimento de ensino e secretárias de Escolas de Ensino Médio, independentemente de concurso de provas e títulos, com tempo de serviço no Estado de apenas cinco (05) anos (cf. arts. 190, 192 e 193, da Lei n.º 7109, de 13/10/77, do Estado de Minas Gerais).

Por que o mesmo fato não pode ser repetido no Paraná? E aqui talvez, com muito maior razão que os professores mineiros, os professores do Paraná esperam por esse benefício.

Portanto, Senhor Governador, depara Vossa Excelência com um fato consumado, em que a justiça deve estar acima da própria lei, para se poder sanar as conseqüências funestas de uma lei injusta e "ilegal", criada pelo próprio Estado.

Opina, finalmente, este Conselho de Representantes de Professores, reformulando sua solicitação constante do ofício n.º 051/79, no sentido de que o Estado do Paraná, numa demonstração de justiça e de reparação aos danos causados a esses servidores, reconheça a estabilidade dos mesmos através de lei própria, ou através de emendas à legislação já existente, desde que tenham esses servidores exercido função pública no Estado pelo período mínimo de dez anos.

Colocando-nos ao inteiro dispor de Vossa Excelência para melhores informações sobre o referido assunto, firmamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) Prof. HERÁCLITO MACHADO SANDANO  
Secretário Executivo do CRPP".

Este, o expediente encaminhado pelo Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

**O Sr. Airton Cordeiro** — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** Ao agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede, quero aproveitar a oportunidade para reiterar e renovar o agradecimento pelo apoio dado ao requerimento apresentado a esta Casa, na última sexta-feira, e, ao mesmo tempo, agradecer as manifestações que recebemos de Parlamentares dos dois Partidos representados nesta Casa, apoio valioso a esta sugestão nossa e do Deputado Augusto

Carneiro, encaminhado ao Governador.

Gostaria, Deputado Dácio Leonel, de informar a Vossa Excelência, que na última sexta-feira, às 17:30 horas, em nosso Gabinete aqui, recebemos, por solicitação, a visita do Secretário Executivo do Conselho de Representantes do Magistério, que nos entregou uma cópia deste documento que Vossa Excelência acaba de ler e que foi encaminhado ao Governador do Estado.

Causa-me estranheza, entretanto, a notícia que Vossa Excelência traz, com base, lógico, numa correspondência deste Conselho, porque o Deputado Augusto Carneiro e este Parlamentar, ouviram, pessoalmente, o apoio claro do Professor Heráclito, falando em nome de sua entidade, e dizendo textualmente que a sugestão então apreciada pela manhã, na sexta-feira, vinha ao encontro das reivindicações do magistério paranaense.

Causa-me maior estranheza, Deputado, também por saber, que quando do movimento dos professores paranaenses, no ano passado, foi o Conselho de Representantes a entidade que mais aderiu às teses do Governo do Estado; em posição conflitante com a Associação dos Professores do Paraná, e com a Associação dos Professores Licenciados do Paraná.

Houve quem acusasse, à época, inclusive, o Conselho de Representantes pela falta de ética e de ausência de solidariedade na sua atitude. Porisso, devo confessar a Vossa Excelência que ocupa a tribuna neste momento, e aos Srs. Deputados que apoiaram o requerimento apresentado pelo Deputado Augusto Carneiro e por este Parlamentar, devo confessar que prefiro, realmente, ficar com a sugestão oferecida ao Governo do Estado com o apoio incondicional que recebemos da Associação dos Professores do Paraná e da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, e inclusive até que eu tenha manifestação em contrário, com a manifestação que nos foi dada em caráter pessoal, falando em nome da entidade pelo Professor Heráclito, que tem cargo de responsabilidade no Conselho de Representantes. Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

**O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa informa ao nobre Deputado que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

**O SR. DÁCIO LEONEL** — Sr. Presidente, gostaria de, respondendo o aparte muito honrado que recebi do Deputado Airton Cordeiro, tentar sintetizar rapidamente, porque o tempo não me permite.

Primeiro, informar que o ofício que li da tribuna, enviado pelo Conselho de Representantes, está à disposição de Vossa Excelência, e é assinado exatamente pelo Professor Heráclito Machado Sandano;

Segundo, para dizer que trouxe à tribuna apenas porque entendi, já que estamos debatendo o problema do professor suplementarista, entendi que devamos conhecer todos os ângulos e todas as opiniões; inclusive dizia que, face à exigüidade do tempo, não teria condições, hoje, de comentar o assunto, o que farei em futura sessão.

Terceiro, discordar de Vossa Excelência com referência ao posicionamento do Conselho de Representantes, porque acompanhei toda a guerra, e o Conselho de Representantes de Professores do Paraná sempre defendeu a estabilidade do professor suplementarista, com 10 anos.

Quer dizer, neste ponto, digo a Vossa Excelência que sou testemunha. Tomaram outras posições, houve choques. Choque entre o Conselho e a Associação; em outros tópicos, mas não com referência à estabilidade.

Agora, trouxe o assunto porque entendo que ele nos abre duas amplas perspectivas para atendimento do suplementarista: uma delas, Concurso de 5.ª a 8.ª, e o Concurso para o Segundo Grau. E a outra: apenas a defesa da tese, o que abordei no meu último pronunciamento; como ficará o problema do professor suplementarista? Dos estudos que existem, para que o suplementarista então pudesse levar, e o tempo de serviço um peso maior,

para disputar estas provas. Mas, mesmo assim, o entendimento desses suplementaristas tem sido divergente. De qualquer forma, apenas para esclarecimento, Sr. Deputado, e quero crer que a minha presença na tribuna e as razões que trouxe, apenas fundamentam, para que, nesta Casa, possamos continuar discutindo a matéria; porque não estou discutindo contra Vossa Excelência.

Estou trazendo fatos novos que, somados uns aos outros, darão condições de melhor posicionamento dos Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa, de acordo com o entendimento havido entre a Liderança do MDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Trajano Bastos, por sete minutos e meio, onde o restante usará da tribuna o nobre Deputado Nestor Baptista.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns meses atrás, ocupávamos a tribuna desta Assembléia, para levar ao conhecimento do Sr. Secretário da Segurança Pública, das deficiências no que diz respeito ao atendimento policial na Cidade de Pinhão.

Até o presente momento, as deficiências apontadas naquela oportunidade, ainda não foram sanadas.

Mais tarde, levamos ao conhecimento de Sua Excelência, que um Vereador do MDB, do Município de Pinhão, havia sido ameaçado dentro do prédio da Delegacia de Polícia da cidade de Pinhão, fatos esses do conhecimento da autoridade competente, e até agora, não mereceram por parte daquela autoridade qualquer reparo.

Recebo hoje, Sr. Presidente, através do Vereador Reinaldo Mazurechem, do Município de Pinhão, a informação de que, na noite de 26 para 27 do mês p.p., morreu dentro das dependências daquela Delegacia o cidadão Wilson Munhoz.

Este cidadão, sendo as informações que recebi, havia sido preso pela autoridade policial e recolhido ao xadrez daquela cidade e, sem maiores explicações, porque já são passados quase 10 dias, o delegado daquela comunidade, delegado de Polícia, não prestou à comunidade de Pinhão os esclarecimentos necessários das circunstâncias em que ocorreu aquele falecimento.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto à tribuna para propor a esta Assembléia, um requerimento de pedido de informações a Sua Excelência o Senhor Secretário da Segurança Pública; para que nos informe em que circunstâncias ocorreu a morte de Wilson Munhoz que, segundo informações que recebi, se trata de pessoa portadora de defeito físico e de antecedentes elogiáveis naquela comunidade.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Trajano Bastos, quero congratular-me com Vossa Excelência quando no cumprimento de seu dever de Parlamentar, vem trazer ao nosso conhecimento e à Casa, esta ocorrência verificada no Município de Pinhão, Município que temos a honra de representar nesta Casa, porque nesta última eleição fomos o Deputado mais votado, de nosso Partido, naquele município. E, diga-se de passagem, nobre Deputado, município que temos em alta conta porque lá exercemos por muitos anos, atividades comerciais, e fomos o responsável pela sua criação, sua emancipação político-administrativa.

Mas, de qualquer forma, nobre Deputado, desconheço até o momento, desconhecia essa ocorrência, e quero, a bem da verdade, informar ao nobre Deputado que, embora tenha sido o Deputado mais votado nessa última eleição naquele município, até hoje não indicamos nenhuma das autoridades que estão lá, que são as mesmas que vinham exercendo suas funções por diversos anos.

Mas, de qualquer forma, nobre Deputado, Vossa Excelência contará com o apoio deste Deputado ao requerimento

que Vossa Excelência está fazendo a esta Casa, a fim de se esclarecer as razões e os motivos que levaram a um homem morrer nas dependências daquela Delegacia de Polícia.

E, independente desse requerimento, iremos entrar em contato com os companheiros daquele município, para verificar e sentir se o Delegado de Polícia daquele município, tem alguma implicação na morte desse cidadão que Vossa Excelência acaba de anunciar a esta Casa.

E se isto for confirmado, fique certo Vossa Excelência, iremos pedir o imediato afastamento dessa autoridade por não merecer a nossa confiança e muito menos a confiança do povo laborioso daquele Município de Pinhão.

Era o aparte que queria dar, de colaboração, a Vossa Excelência.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte e a solidariedade que Vossa Excelência me oferece, nesta oportunidade.

Devo registrar que não poderia esperar outra atitude de Vossa Excelência que não essa que Vossa Excelência assume neste momento.

Divido com Vossa Excelência a honraria de representar o Município de Pinhão que, com muita alegria, represento parte daquela comunidade.

Mas, Sr. Presidente, é necessário que situações como essa sejam esclarecidas. Por isso, encaminho à Mesa o requerimento que peço vênha a Vossa Excelência, para ler da tribuna. (Lê): "Senhor Presidente."

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviada ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, o presente Pedido de Informações, acerca das circunstâncias em que faleceu, dentro da cadeia pública da Cidade de Pinhão, o Sr. Wilson Munhoz, na madrugada do dia 26 para 27 do mês próximo passado.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1979".

Espero contar com o apoio dos ilustres Pares, para que seja elucidada essa situação.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco, acompanhei com muita atenção o pronunciamento do Deputado Aírton Cordeiro que sempre o faz com bastante felicidade.

Porém, devo entender, e tenho a impressão que meus companheiros de Bancada assim também o entendem, que não cabe, no caso, a chamada, a proposta conciliação entre a Reitoria e os estudantes da Faculdade de Direito Federal. Isto porque, jamais podem andar de mãos dadas o erro e a verdade. E essa conciliação proposta hoje pela Reitoria, seria colocar, lado a lado, o erro que vem, há muito tempo, empregando a Reitoria e a incompetência que vem grassando, pelos lados desta mesma Reitoria, com a verdade, com a reivindicação justa dos alunos da Faculdade de Direito.

Ontem, o Reitor propôs "fim de greve" e a constituição de uma comissão parietária: 9 alunos e 9 professores, para estudarem o problema. E a solução fica apenas na palavra "estudar".

Os estudantes negaram a proposta da Reitoria e decidiram pela continuidade da greve, para, durante a greve, constituírem a comissão parietária de 9 alunos e 9 professores. Os estudantes alegam que "estudar não resolve, mas sim, resolve a solução do problema". Solução que, há muito tempo é aguardada, e agora, teve sua situação agravada pela greve dos alunos da Faculdade de Direito Federal.

Toda a imprensa apresenta, hoje, uma nota da Reitoria alegando que há aulas e professores na Faculdade. Mas, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as listas passam pelas

classes, os alunos assinam as listas de presença, mas os professores acabam não aparecendo. E os professores colaboradores também desestimulados pelo pequeno salário que recebem, acabam desistindo de ministrar as aulas que os alunos ficam aguardando.

Propos o Reitor banca examinadora para avaliar o nível dos professores. Mas, também não é a solução. Porque, qual é o advogado, qual é o jurista de nosso Estado que vai se submeter a uma banca examinadora para, no fim do mês, receber entre um mil e quinhentos e três mil cruzeiros?

Não existe. Nenhum advogado, nenhum estudioso do Direito vai se submeter a passar diante de uma banca examinadora como esta proposta pelo Sr. Reitor.

E há mais ainda: ainda que entre como professor colaborador, não têm a esperança de um concurso, porque já há muito tempo não existe concurso para professores da Faculdade de Direito Federal.

O atual professor colaborador não possui garantias; tem um contrato de seis meses, que pode ser renovado, por uma vez; nos primeiros seis meses, tem, o professor, o objetivo de conseguir "status" como professor de universidade; no segundo, talvez para completar um ano. Há professores que vêm já pela segunda, ou terceira vez, conseguindo a renovação do título de Professor Colaborador, o que é ilegal segundo o Estatuto da Universidade Federal do Paraná.

Não entendemos que devam, os alunos da Universidade Federal do Paraná, aceitar o apelo feito aqui, hoje, pelo nobre Deputado Ailton Cordeiro, no sentido de se conciliar os objetivos da Reitoria, com as reivindicações dos estudantes da Universidade Federal do Paraná. A pacificação proposta pelo Deputado Ailton Cordeiro também não cabe, porque já de há muito tempo os problemas da Universidade vêm se somando, e não podemos aceitar de forma alguma que, agora venha democraticamente, a Reitoria, fazer propostas de estudos da situação para acabar com a greve, e, não apresentar uma solução plausível para o problema que vive hoje o estudante de Direito.

**O Sr. Nelson Friedrich** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (**Assentimento**). — Ilustre Deputado, nós participamos da iniciação deste assunto, quando um grupo de estudantes universitários esteve conosco, posicionando o problema.

Gostaria de dizer também, ilustre Deputado, que, também a nós foi estranha a posição levantada pelo Deputado situacionista, até porque, fazer uma Comissão paritária com nove estudantes e nove professores e condicionando a existência dessa Comissão à paralisação da greve, em princípio poderia parecer uma solução plausível. Ocorre, Deputado, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe disto, mas esta Casa precisa sabê-lo, é que, já existe um estudo feito, há dois anos, um estudo feito há dois anos na Universidade Federal do Paraná. Este estudo, chamado Processo de Reavaliação da Reforma Universitária, está engavetado. Há dois anos se produziu, através de estudos, este Processo de Reavaliação da Reforma Universitária, mas, ficou, exatamente, no processo, e no estudo. Por isto os estudantes não aceitam mais, e não aceitaram, na assembléia de ontem, que se faça, agora, uma nova Comissão para reiniciar estudos que já estão engavetados, num processo há dois anos já iniciado. Por esta razão, na mesma assembléia de ontem, os estudantes da Universidade Federal do Paraná, da Faculdade de Direito decidiram que, a Comissão de Greve fosse à Brasília procurar junto ao Ministério da Educação e Cultura, uma solução, já que aqui não estão encontrando. Basta apenas compatibilizar uma data para a audiência, e então, com a solução possível, terminar-se-á com esse movimento grevista dos estudantes. E por estranho que possa parecer, nós Deputados, precisamos deixar de ser Magníficos Deputados defendendo Magníficos Reitores, e, nos debruçarmos sobre as verdadeiras causas desses movimentos grevistas.

Muito obrigado.

**O SR. NESTOR BAPTISTA** — Para encerrar, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, apenas para ilustrar o objetivo e a justiça da reivindicação dos estudantes.

Professores como Alcides Munhoz, Lamartine Correa, José Munhoz de Melo e tantos outros, estão se somando aos interesses dos alunos. E esta greve não deve acabar, enquanto a solução não for encontrada, se possível, lá no MEC, em Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (**Sem revisão do orador**).

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Renato Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Senhor Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Fidelcino Tolentino.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Sr. Presidente. Indago da Mesa, se em caso da existência de projeto versando exatamente sobre a mesma matéria, qual seria o procedimento da Mesa, porque há um projeto de nossa autoria, juntamente com o eminente ex-Deputado Accioly Neto, proposto no dia 13 de dezembro de 1978 e que visa aumentar para exatamente o número máximo permitido pela Constituição, de 21 Vereadores, à Câmara de Cascavel, e a minha indagação, Senhor Presidente, de como se pode dar apoio a um projeto, o qual está tramitando na Assembléia com as mesmas características.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa informa ao nobre Deputado que não pode deixar de receber o projeto, desde que não foi transformado, não existe lei ainda a respeito da matéria.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Continuando, Senhor Presidente, gostaria para não derrogar a iniciativa do ilustre nobre Parlamentar, se juntasse ao de nossa autoria que está tramitando na Casa, para que também seja valiosa a contribuição desse Deputado Renato Bueno.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — O procedimento do nobre Deputado será sugerido ao relator da Comissão de Justiça.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Bueno.

**O SR. RENATO BUENO** — Senhor Presidente, eu, absolutamente não desejaria tomar a iniciativa do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, quando apresentou esse projeto. Simplesmente é que eu tive a solicitação no sentido de apresentar projeto sobre este assunto e constatei também que o meu projeto, com a certidão que está anexada ao mesmo, traz informações mais fidedignas sobre o eleitorado de Cascavel e não da 68ª Zona, que era a documentação que o ilustre Deputado Tolentino anexou. E a 68ª Zona compreende não só o Município de Cascavel, mas mais dois municípios: o de Catanduvas e o de Leônidas Marques, dando um eleitorado de mais de 100 mil eleitores, e a certidão que eu junto ao meu projeto e que servirá como subsídio dentro da sugestão do Deputado Fidelcino Tolentino e que eu acato, dá objetivamente o eleitorado de Cascavel, que é de mais de 70 mil eleitores.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa informa que a Comissão de Justiça irá analisar o projeto e dará o seu devido parecer com relação aos dois projetos.

Em votação o projeto. — Os Senhores que forem favoráveis permaneçam como estão. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando que na reformulação do Projeto do Anexo ao Plenário, para futuras instalações dos Gabinetes dos



Deputados, faça constar também um Centro de Convenções.  
— À Comissão Executiva, para apreciar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro na cidade de Ubatã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 24/79, que autoriza a reverter ao Município de Cascavel, mediante doação, área de terras com 6.015m<sup>2</sup>, denominada lote 5-D, do loteamento ADRIANA, no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/79, de autoria do Deputado Mário Celso, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol de Salão, com sede e foro em Curitiba, como específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 59/79, que objetiva criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — COM EMENDA DE PLENÁRIO. — **Aprovado.** — Em votação a emenda. — **Aprovada.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 33/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mariópolis, Cambará, Terra Roxa e Ortigueira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 01/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ATALAIA e PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana nas sedes dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E., de Engenheiro Beltrão, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/79, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Dona Leopoldina - A.P.P., com sede na Vila de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/79, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Isabel do Ivaí, Motoniveladora de

propriedade do Estado conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 75/78, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Paulo Frontim, objetivando reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/79, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá novas atribuições ao Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa, além das constantes no Decreto Legislativo n.º 573, de 29/11/67. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que dispõe sobre aproveitamento de Médicos, aprovados em concurso, para as vagas de Capitão da Polícia Militar do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 33/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os médicos aprovados em concurso para preenchimento de vagas de Capitão, realizado antes da vigência da Lei n.º 7.047, de 23 de novembro de 1978, é assegurado o direito ao aproveitamento, desde logo, na referida graduação do Quadro de Saúde.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

Quando tramitou nesta Casa de Leis, o Projeto de Lei n.º 91/78, correspondente à Mensagem n.º 67/78, que encaminhou anteprojeto de lei que teve por objetivo fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado, propusemos uma emenda em termos semelhantes da presente proposição, a qual acompanhou a seguinte justificativa:

“Diversos médicos concorreram a cinco (05) vagas de Capitão, anunciadas em concurso realizado há alguns meses atrás. O resultado publicado mostrou a aprovação de seis (06) candidatos. Destes, apenas um foi nomeado, tendo em vista incorreta interpretação, quando da preparação do edital, pois na verdade somente uma vaga existia na época.

Os aprovados foram informados, então, que já tramitava processo que visava a criação de novas vagas, ficando eles na expectativa de aproveitamento.

O projeto que ora se discute, entretanto, prevê no quadro de saúde, o cargo inicial de 1.º Tenente para os médicos, embora estabeleça seis (06) vagas para o cargo de Capitão.”

A referida emenda foi devidamente analisada e aprovada por esta Assembléia Legislativa, porém não prosperou até a sanção governamental porque antes da votação em redação final decorreu o prazo constitucional de quarenta e cinco (45) dias, invocado pelo Senhor Governador que promulgou o texto original.

Por esta razão, e visando assegurar os direitos dos concursados, propomos o presente plano de lei, na certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados para a sua aprovação.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 33/79

O presente plano de lei, de iniciativa do Deputado Gilberto Carvalho, tem por escopo assegurar direito de médicos aprovados em concurso da Polícia Militar do Estado.

Além dos méritos que a revestem, a matéria está articulada às normas legais, estando, conseqüentemente, em condições de ser aprovada pela Casa.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

## COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 33/79

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente projeto de lei, visa assegurar aos médicos aprovados em concurso para preenchimento de vagas de Capitão, realizado antes da vigência da Lei n.º 7.047, de 23 de novembro de 1978, o direito ao aproveitamento, desde logo, na referida graduação do Quadro de Saúde.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao examinar a matéria, opinou pela sua aprovação.

A justificativa que acompanha o projeto é convincente, e não havendo qualquer impedimento, quanto ao mérito que se lhe possa antepor, somos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) WILSON FORTES — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Spoladore, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Germano Passero, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, com o apoio do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hironobu Nakazima, ocorrido em Marilândia do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 63/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 45.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Sertãozinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 70/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante do 5.º Comando Aéreo Regional, com sede em Canoas - RS, no sentido de que o INFRAERO passe a cuidar da Administração e Manutenção do Aeroporto de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja construída uma nova Delegacia de Polícia e Cadeia na sede do Município de Palotina. — **Aprovado.** — Ao Departamen-

to Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Secretaria dos Recursos Humanos, em forma de pedido de informações sobre a reclassificação do funcionalismo de nível universitário da área biológica. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, reivindicando a instalação de agência no Município de São Miguel do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, consubstanciado em pedido de informações a respeito de fatos ocorridos na cidade de Paranavai, envolvendo alunos da Unidade Curitiba. — Em discussão. O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja enviada ao Sr. Governador do Estado uma moção de aplauso pela prioridade que manifesta visando a preservação e recuperação do meio ambiente. — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Senhores Prefeitos Municipais e órgãos técnicos oficiais, encarecendo a necessidade de medidas acauteladoras para a preservação dos Rios Assungui, Conceição e Ribeirinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações, sobre acontecimentos ocorridos na cidade de Pinhão. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo enérgicas providências no sentido de evitar as infiltrações políticas nos estabelecimentos de ensino do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do INAMPS, no sentido de que sejam efetuados estudos a fim de que os menores de quatorze anos, beneficiários da Previdência Social, quando internados em nosocomios, possam utilizar com exclusividade "quartos" e não enfermarias. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 203/78. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa anuncia a presença, em nosso Plenário, do Sr. José Maria Vazzi, Presidente da CODEL, e seu assessor Sr. Antônio

Godoi Sobrinho, bem como a presença do Dr. José Fernandes Sobrinho, Prefeito Municipal de Bandeirantes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 06, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 63/79.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 43, 53 e 62/79 e

dos Projetos de Resolução n.ºs 12/78 e 39/79.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 33/79.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 42, 43 e 44/79.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR -- FEPPA  
BALANCETE  
MÊS DE MAIO DE 1979

D É B I T O			C R É D I T O		
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.			REDA DE CONTRIBUIÇÕES	2.051.516,29	
AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	116.187,27				
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.			RENDAS DIVERSAS	1.533.002,62	3.584.518,91
CONTA POUPANÇA	115.454,52				
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.789.276,41
PRAZO FIXO	20.000.000,00	30.192.109,29			
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	9.910.467,50	30.192.109,29			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		30.100,00			
MATERIAL DE CONSUMO	1.570,50				
SERVIÇOS DE TERCEIROS	402,50				
SEGUROS	84.258,03				
PENSIONISTAS	2.065.355,00	2.151.586,03			
S O M A		32.373.795,32	S O M A		32.373.795,32

Reconhecemos a exatidão do presente balancete somando a importância de "Trinta e dois milhões, trezentos e setenta e três mil e setecentos e noventa e cinco cruzeiros e trinta e dois centavos".

ARY DOS SANTOS  
CONTADOR CRC 47 - PR

ANTÔNIO FACCI  
TESOUREIRO

JORGE SATO  
PRESIDENTE